

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii)dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda e (iii) cobrança de alíquota diferenciada da CSLL em relação às empresas não financeiras. As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2014	2013	2014	2013
Fiscais e previdenciárias	24.803	51.681	21.584	49.842
Total	24.803	51.681	21.584	49.842

	Fiscais e previdenciárias		Total
	2014	2013	
Saldo inicial	49.842	44.045	
Despesas financeiras - juros	4.099	2.083	
Constituições	881	3.714	
Anistia (Nota 9 (d))	(33.238)	-	
Saldo final	21.584	49.842	

(c) **Fiscais e previdenciárias – obrigações legais:** Em decorrência da publicação da Lei nº 12.865/2013, que reabriu o Programa de Anistia da Lei nº 11.941/2009, a instituição revisou seus processos, tanto no âmbito administrativo quanto judiciário. Foram selecionados para adesão à reabertura da Anistia aproximadamente 40% dos processos judiciais e administrativos, cujo montante provisionado corresponde a R\$ 48.365, sendo que os mais relevantes referem-se aos casos de PIS e COFINS 9.718 (alargamento da base), PIS Emendas Constitucionais e CSLL Isonomia. No mês de julho de 2014, em razão da publicação da Lei nº 12.973, que reabriu o Programa de Anistia específico para PIS e COFINS devido por instituições financeiras, previsto no artigo 39 da Lei nº 12.685, a instituição revisou seus processos de PIS e COFINS e incluiu os casos remanescentes de PIS e COFINS 9.718 (alargamento da base) no referido Programa de Anistia, tendo quitado tais débitos na modalidade de pagamento à vista. No mês de outubro de 2014, por decisão da instituição e nos termos da legislação, os débitos relacionados aos processos incluídos na reabertura do Programa de Anistia estabelecida pela Lei nº 11.941 foram liquidados, com a amortização das parcelas pendentes, o que gerou um impacto negativo de R\$ 13 no resultado na instituição, integralmente reconhecido em outubro de 2014.

10. Imposto de renda, contribuição social e crédito tributário: A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2014	2013
Contingências fiscais	1.404	6.499
Provisão de honorários advocatícios	607	578
Provisão para participações nos lucros	503	375
Unidades de ações restritas – RSU (Nota 3 (i))	387	179
Outras	450	31
Total de créditos tributários - ativo	3.351	7.662

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 871 (2013 – R\$ 1.748), tendo sido realizado R\$ 5.182 (2013 – R\$ 7) sobre diferenças temporárias. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 3.351 é estimada em 20% ao ano no 1º ano, 6% no 2º ano, 9% no 3º ano, 4% nos 4º e 5º anos, 7% nos 6º e 7º anos, 13% nos 8º e 9º anos e 17% no 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculados

considerando a estimativa de taxa de juros futuros, apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 1.844 (2013 – R\$ 6.907). A Distribuidora tem reconhecido créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013. O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	2014	2013
Resultado antes do IR e CSLL	140.995	70.110
Encargo total do IR e CSLL às alíquotas vigentes	(56.398)	(28.044)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(22)	(6.892)
Depósito judicial CSLL	-	-
Outros	(176)	28
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(198)	(6.864)
Total da despesa de IR e CSLL no exercício	(56.596)	(34.908)

11. Patrimônio líquido: O capital social é representado por 50.000 ações ordinárias sem valor nominal. O estatuto assegura um dividendo mínimo anual de 3% do capital realizado ou de 6,25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária, dos dois o que resultar em menor montante, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 22 de abril de 2013, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 39.000, mediante a incorporação de parcela correspondente à conta de “Reserva de Lucros – Estatutária”, sem a emissão de novas ações, aprovado pelo BACEN em 05 de julho de 2013. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2014, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 30.000, mediante a incorporação de parcela correspondente à conta de “Reserva de Lucros – Estatutária” no valor de R\$ 30.000, sem a emissão de novas ações. A “Reserva de Lucros – Estatutária” poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A “Reserva de Lucros – Legal” é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Os acionistas optaram pelo não recebimento de dividendos sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, conforme deliberado em Reunião da Diretoria realizada em 30 de dezembro de 2014. **12. Benefícios: (a) Fundo de pensão:** A instituição é uma das patrocinadoras da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão (“Fundo”), constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Distribuidora contribuiu com R\$ 343 (2013 – R\$ 335) para o Fundo. **(b) Unidades de ações restritas:** Os funcionários elegíveis da Distribuidora participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o *vesting period* de 50% das ações se dá em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa por conta própria, o plano de benefícios em ações é cancelado. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque – NYSE), concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão. O montante que transitou no patrimônio líquido no exercício em função

da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos foi de R\$ 560 (2013 – R\$ 431). O valor da obrigação de repagamento registrada no passivo em 31 de dezembro de 2014, incluindo encargos sociais, é de R\$ 922 (2013 – R\$ 446). Em virtude desse programa a despesa registrada no exercício é de R\$ 701 (2013 – R\$ 283), incluindo os encargos sociais. **13. Transações com partes relacionadas: (Grupo J.P. Morgan):** As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, estão representadas abaixo. J.P. Morgan S.A. DTVM é uma empresa controlada pelo Banco JP Morgan S.A.. As demais entidades são empresas coligadas do Grupo.

	2014		2013	
	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)
Disponibilidades	336	-	363	-
Banco J.P. Morgan S.A. ..	336	-	363	-
Aplicações em operações compromissadas	-	32.389	749.092	73.230
Banco J.P. Morgan S.A. ..	-	32.389	749.092	73.230
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.091.914	102.094	57.190	10.983
Banco J.P. Morgan S.A. ..	1.091.914	102.094	57.190	10.983
Despesas de pessoal ..	(276)	(199)	(282)	(193)
JPMorgan Chase & CO. (276)	(276)	(199)	(282)	(193)
Outros valores a pagar	-	-	(1)	(1)
JPMorgan Chase Bank São Paulo Branch	-	-	(1)	(1)
Rendas de prestação de serviços	2.902	35.903	2.921	30.172
JP Morgan Overseas CAP CORP.	36	34	70	70
JPMorgan Chase Bank, N.A. - London Branch ..	2.866	35.869	2.851	30.102

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco. **14. Outras informações:** (a) “Receitas de prestação de serviços” referem-se a receitas de serviço de custódia no valor de R\$ 35.903 (2013 – R\$ 30.172). (b) “Despesas administrativas” referem-se, principalmente, a despesas de serviços técnicos especializados no valor de R\$ 1.518 (2013 – R\$ 2.362), despesas de serviços do sistema financeiro no valor de R\$ 3.561 (2013 – R\$ 1.158), despesas de aluguel no valor de R\$ 2.641 (2013 – R\$ 1.969), despesas com viagens no valor de R\$ 78 (2013 – R\$ 507), despesas de processamento de dados no valor de R\$ 498 (2013 – R\$ 868) e despesas de manutenção e conservação no valor de R\$ 1.363 (2013 – R\$ 28). (c) “Outras receitas operacionais” referem-se, principalmente, à atualização monetária sobre “Outros créditos - diversos” no valor de R\$ 6.424 (2013 – R\$ 2.172). (d) “Outras despesas operacionais” referem-se, principalmente, à atualização monetária sobre “Outras obrigações - fiscais e previdenciárias” no valor de R\$ 4.099 (2013 – R\$ 2.083). Em 2013 havia despesa de serviços de terceiros no valor de R\$ 24.420. (e) Em 31 de dezembro de 2014 os ativos em custódia totalizavam R\$ 152.326.828 (2013 – R\$ 161.510.030). (f) Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Distribuidora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

A Diretoria

Lucila Litwin - CRC 1SP228413/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas
J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstra-

ções contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem

como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 18 de março de 2015



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0